

# **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**



## Memorando 1.252/2025

De: **Cristiane Campos de Andrade** Setor: **T-GCI - Gerência de Controle Interno**

Despacho: **4- 1.252/2025**

Assunto: **Documento da Formalização da Demanda : Prestação de serviços técnicos especializados de consultoria e assessoria jurídica**



Toritama/PE, 16 de Abril de 2025

Prezados,

Segue, anexo, o Estudo Técnico Preliminar referente a demanda constante no DFD.

Atenciosamente,

**Cristiane Campos de Andrade**  
*Gerente de Controle Interno*

*Portaria 150/2025*

Prefeitura de Toritama - Avenida Dorival José Pereira, nº 1370, Parque das Feiras - CEP: 55.125-000 • 1Doc • [www.1doc.com.br](http://www.1doc.com.br)  
Impresso em 05/05/2025 10:02:45 por Marcela Karyne de Araujo Cabral - Assessor Executivo

1Doc

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

### **1. INTRODUÇÃO**

1.1. Este Estudo Técnico Preliminar (ETP) tem como objetivo caracterizar a necessidade e os requisitos para a definição de uma solução voltada ao suporte na realização normatização, sistematização e padronização dos procedimentos e rotinas operacionais desenvolvidos na Controladoria, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle. Essa solução deverá abranger a identificação e o mapeamento de riscos, a adequação aos planos de integridade pública e o desenvolvimento de medidas preventivas, por meio de diagnósticos e ações corretivas para a mitigação de falhas, atendendo a Controladoria Geral do Município de Toritama-PE, pelo prazo de 12 (doze) meses.

### **2. CLASSIFICAÇÃO DA DEMANDA (art. 21, inciso I do Decreto Municipal nº 291/2024)**

- 2.1.  Operação/Atividade (Rotina): envolve um conjunto de operações que consistem na produção de um resultado contínuo e permanente que visam manter os serviços públicos já existentes.
- 2.2.  Projeto/Inovação: envolve um esforço temporário empreendido para criar um produto, serviço ou resultado único, visando algo novo e singular, não necessariamente inédito. Inclui-se a mudança de metodologia de suprimento de uma demanda enquadrada como operação ou atividade (rotina).

### **3. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18, §1º, inciso I da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 21, inciso II do Decreto Municipal nº 291/2024)**

- 3.1. A Lei Complementar Nº 35 de 06 de fevereiro de 2025, atribui à Controladoria Geral do Município, dentre outras atribuições, a competência para apoiar as unidades executoras, na normalização, sistematização e padronização dos seus procedimentos e rotinas operacionais, em especial no que tange à identificação e avaliação dos pontos de controle.
- 3.2. Em razão disso, a Controladoria Geral do Município busca suporte na identificação mapeamento de riscos, adequação aos planos de integridade pública e desenvolvimento de medidas preventivas de riscos através de diagnósticos e correção de falhas antes de fiscalizações dos órgãos de controles externos.
- 3.3. Além do estudo e orientação acerca das medidas efetivas para garantir a legalidade, economicidade e saneamento das possíveis irregularidades identificadas, existe ainda a demanda junto ao Tribunal de Contas de Pernambuco e da União – cujas sedes ficam localizadas em Recife-PE, a exemplo do constante requerimento de esclarecimentos ao Controle Interno do Município.
- 3.4. Vale ressaltar que para o mencionado assessoramento necessita-se de profissional especializado realização dos serviços como nível de detalhamento e conhecimento específico em Direito Público.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA**

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

3.5. Ademais, a Controladoria do Município não possui, em razão de todo o volume de trabalho, possibilidade de atendimento de todas as demandas para suprir as necessidades do Município de Toritama, com a atenção e o acautelamento necessários à resguardar o interesse público da melhor maneira, além de buscar por novas possibilidades, soluções, inovações para as diferentes necessidades da Administração, decorrentes das atualizações legislativas acerca da transparência pública e conformidade.

4. **ALINHAMENTO COM O PCA** (art. 18, §1º, inciso II da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 21, inciso III do Decreto Municipal nº 291/2024)

4.1. A presente demanda não está prevista no PCA, considerando que não foi elaborado o Plano de Contratação Anual para o ano de 2025.

5. **REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO** (art. 18, §1º, inc. III da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 21, inc. IV do Decreto Municipal nº 291/2024)

5.1. **Identificação e Mapeamento de Riscos:** Avaliação dos processos internos para identificar riscos que possam comprometer a integridade e eficiência dos serviços do Município. (**Decreto nº 9.203/2017**, Política de Governança que estabelece princípios de gestão do risco).

5.2. **Adequação aos Planos de Integridade Pública:** Análise e recomendação de adequações para garantir que as práticas do Órgão de Controle estejam em conformidade com os planos de integridade pública, em observância à **Lei nº 13.303/2016** (Estatuto das Estatais), nos artigos relacionados à integridade e compliance em organizações públicas, e à **Lei nº 12.527/2011** (Lei de Acesso à Informação), promovendo a transparência nas ações administrativas. Prestação de suporte técnico na comunicação com órgãos de controle, auxiliando na elaboração de ofícios e pareceres, e assegurando o atendimento contínuo ao controle interno por meio de telefone, e-mail e visitas presenciais mensais.

5.3. **Desenvolvimento de Medidas Preventivas e Corretivas:** Elaboração de recomendações e plano de ação para a correção de falhas identificadas, em conformidade com a **Lei de Responsabilidade Fiscal** (Lei Complementar nº 101/2000), que dispõe sobre a prevenção e correção de irregularidades, e com o Decreto nº 9.203/2017, que estabelece diretrizes para a implementação de ações preventivas em órgãos públicos.

5.4. **Auxílio nas demandas internas de comunicação com os Órgãos de Controle:** Elaboração de ofícios, respostas e defesas jurídicas atinentes ao Controle Interno.

5.5. **Acompanhar e assessorar a gestão pública municipal na realização de audiências públicas**, de acordo com a legislação pertinente;

5.6. Orientar e acompanhar os limites e condições para realização de operações de crédito.

5.7. Auxílio no **exame de processos de prestação de contas, tomada de contas e inquéritos administrativos**, compreendendo a documentação instrutiva, as demonstrações financeiras, gestores e demais responsáveis;

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA**

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

5.9 Auxiliar, sob demanda, na **propositura de medidas que visem a inibir, a reprimir e a diminuir práticas de irregularidades cometidas por servidores contra o patrimônio público;**

5.10 Acompanhamento, sob demanda, na **fiscalização da execução dos contratos, convênios, aditivos e demais acordos celebrados;**

**6. LEVANTAMENTO DE MERCADO (art. 18, §1º, inciso V da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 21, inciso V do Decreto Municipal nº 291/2024)**

6.1. Após levantamento de mercado junto a diferentes fontes, o quadro de possíveis soluções para o problema a ser resolvido é o seguinte:

PROBLEMA A SER RESOLVIDO	SOLUÇÕES POSSÍVEIS
Assessoramento jurídico para suporte ao Controle Interno, consistente na identificação e mapeamento de riscos, adequação aos planos de integridade pública e desenvolvimento de medidas preventivas e corretivas para prevenção de danos.	1 Contratação de assessoramento jurídico, por meio de inexigibilidade de licitação, para a prestação de serviços advocatícios, seja por advogado individual ou escritório de advocacia.

6.2. A solução proposta neste documento segue a mesma linha da solução que já vem sendo adotada por outros órgãos da Administração Pública, sendo:

ÓRGÃO	OBJETO	PROCESSO	FONTE DE PESQUISA
PREFEITURA DE PARANAIGUARA-GO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACESSORIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA AO CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANAIGUARA.	INEXIGIBILIDADE	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP <b>ID CONTRATAÇÃO PNCP:</b> <u>02056745000106-1-000094/2025</u>
PREFEITURA DE SALGUEIRO-PE	CONTRATAÇÃO DE ACESSORIA E CONSULTORIA JURÍDICA ESPECIALIZADA PARA O CONTROLE INTERNO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SALGUEIRO, COM FOCO NA ANÁLISE, FISCALIZAÇÃO E GARANTIA DA LEGALIDADE E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS QUE REGEM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.	INEXIGIBILIDADE	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP <b>ID CONTRATAÇÃO PNCP:</b> <u>11361243000171-1-000003/2025</u>
CÂMARA MUNICIPAL DE COCOS-BA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA JURÍDICA PARA O ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO DA CÂMARA, VISANDO O CONTROLE DE JURIDICIDADE DAS AÇÕES DO CONTROLE INTERNO; BEM COMO O ACOMPANHAMENTO DE PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS OU	INEXIGIBILIDADE 002/2025	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP <b>ID CONTRATAÇÃO PNCP:</b> <u>16431108000179-1-000014/2025</u>

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA**

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 - CNPJ: 14.256.054/0001-39

	JURÍDICOS NO ÂMBITO DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO (TCM E MP).		
CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA-BA	CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS E ESPECIALIZADOS DE ASSESSORIA DE CONTROLE INTERNO, PARA ATENDER NECESSIDADES DA CÂMARA MUNICIPAL DE SANTANA	INEXIGIBILIDADE 004/2025	PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP <b>ID CONTRATAÇÃO PNCP:</b> <u>16430381000189-1-000004/2025</u>

6.3. Inicialmente cumpre registrar que os serviços jurídicos, especialmente os advocatícios configuram uma categoria singular entre os serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual, conforme estabelece o inciso III do artigo 74 da Lei 14.133/2021.

6.3.1. Outrossim, devido a previsão constitucional do artigo 133, o advogado desempenha um papel essencial na promoção da justiça, na defesa dos direitos individuais e coletivos, bem como na manutenção do Estado de Direito.

6.3.2. Vale ressaltar que os serviços jurídicos são especialmente vinculados à defesa tanto judicial quanto administrativa, são categorizados como exclusivos dos advogados, conforme o disposto no art. 1º do Estatuto da Advocacia (Lei 8.906/1994):

“[...] atividades privativas da advocacia:

- I – a postulação a órgão do Poder Judiciário e aos juizados especiais;
- II – as atividades de consultoria, assessoria e direção jurídicas;”

6.3.3. De acordo com as lições do ilustre doutrinador Renato Geraldo Mendes, os serviços jurídicos não constituem uma atividade padronizada. Vejamos:

“Os serviços jurídicos não podem ser classificados como *commodities* em virtude das características que o distinguem de outras atividades ditas como comuns. Sua natureza é essencialmente intelectual, personalizada e altamente especializada, o que o diferencia das características próprias de bens e produtos uniformes, produzidos em série segundo critérios objetivos. Os serviços jurídicos requerem a avaliação criteriosa dos fatos, interpretação do complexo regime legal, análise de precedentes e decisões de tribunais e órgão administrativos, bem como desenvolvimento de argumentos convincentes, ao passo que o *commodities* são objetos que obedecem a uma condição ou especificação padronizada e uniforme”<sup>1</sup>.

6.3.4. Em resumo, os serviços jurídicos são individualizados e especializados, caracterizados por natureza intelectual estratégica, customização, criatividade, compreensão e interação direta com a necessidade do cliente.

<sup>1</sup> MENDES, Renato Geraldo e Egon Bockmann Moreira. Inexigibilidade de Licitação – Repesando contratação pública e o dever de licitar. 2ª ed. Curitiba: Zênite, 2023, pp. 248

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA**

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

- 6.3.5. É imprescindível destacar que os serviços jurídicos são intrinsecamente distintos em sua natureza e em seu propósito, sendo categorizados como obrigações de meio, e não de resultado, diferentemente das atividades-fim, onde o resultado é o objetivo principal. Nesse sentido, o profissional não é compelido a atingir um resultado predeterminado, mas a empregar suas melhores habilidades e conhecimentos para fornecer a melhor estratégia possível.
- 6.3.6. À vista disso, observa-se a inadequação contratação de advogado ou escritório jurídico, por meio de licitação na modalidade pregão, devido a sua etapa de lance e busca “frenética” pela obtenção do menor preço. Ademais, a modalidade pregão, pressupõe que o objeto seja comum, padronizado e uniforme, sem especificidades que o diferenciem.
- 6.3.7. Segundo entendimento do doutrinador Renato Geraldo Mendes, a escolha de profissionais qualificados na área jurídica não pode ser reduzida a um mero leilão de preços.

“A competitividade baseada unicamente em valores monetários ignora a complexidade inerente aos casos jurídicos e o equipara a um bem padronizado, como a compra de um carro ou uma impressora. O uso do pregão por menor preço na contratação de serviços advocatícios compromete a seleção de profissionais que detêm a expertise necessária para conduzir casos com eficácia, competência e responsabilidade”<sup>2</sup>

- 6.3.8. Portanto, conclui-se que a escolha de profissionais de advocacia não pode ser comparada a uma transação comercial convencional, sendo assim a natureza das obrigações meio, a expertise exigida e a importância da estratégia jurídica tornam inadequada a obrigação do pregão. Além disso, a contratação de serviços advocatícios por meio de pregão, priorizando o menor preço em detrimento da expertise e da capacidade técnica, contradiz os princípios que norteiam a gestão pública responsável, ou seja, os princípios da eficiência, eficácia e governança.
- 6.3.9. A singularidade dos serviços advocatícios, que são técnicos e especializados, não se coaduna com a abordagem do pregão, que tem como pressuposto que o objeto possa ser definido, comparado e julgado por critérios objetivos. Por sua vez, a natureza intelectual dos serviços jurídicos, excedem esses critérios objetivos. Não por outro motivo, que o legislador previu que a contratação fosse realizada por inexigibilidade.
- 6.3.10. A contratação direta de advogados, por meio de inexigibilidade de licitação eleva de diante de significado diante dessa típica contratação personalíssima, que é a outorga de mandato a advogados.
- 6.3.11. Diferentemente da maioria dos contratos usuais da Administração Pública, as contratações celebradas com advogados ou escritórios de advocacia, principalmente em questões demandantes de alta especialização, são tipicamente personalíssimos. Acerca do contexto referente as contratações em caráter personalíssimo, se faz necessário

<sup>2</sup> MENDES, Renato Geraldo e Egon Bockmann Moreira. Inexigibilidade de Licitação – Repesando contratação pública e o dever de licitar. 2ª ed. Curitiba: Zênite, 2023, pp. 250

algumas considerações. Mais uma vez, nos valem das lições da doutrina do professor Renato Geraldo Mendes sobre o tema:

(...) a qualificação de um contrato como impessoal ou como personalíssimo tem origem no direito privado tradicional. Os impessoais são aqueles escolhidos por critérios objetivos, intercambiáveis entre si: tanto faz contratar este ou aquele pintor para pintar as paredes de sua casa (desde que ambos comprovem minimamente o domínio da técnica). Ao contrário, o contrato personalíssimo é associado a negócios como mandato, execução de obra de arte (...) A ideia central está em que tais contratos fazem nascer uma obrigação de fazer infungível – que não pode ser executada por qualquer pessoa que não o próprio contratado.”<sup>3</sup>

- 6.3.12. Portanto, os contratos personalíssimos exigem escolha de terceiro que irá executar o encargo se faça segundo preferência pessoal, ou seja, subjetiva, o que é absolutamente incompatível com a licitação. Deveras, a licitação pressupõe impessoalidade, e a inexigibilidade, pessoalidade, todavia, o contrato *intuitu personae* é uma realidade própria da inexigibilidade, e não da licitação.
- 6.3.13. Nesse sentido, a qualificação de um contrato como personalíssimo é associada exatamente a negócios como mandato e o exercício da advocacia especializada, em que há presença da infungibilidade na pessoa do prestador. Logo, o exercício da advocacia vem sempre qualificado pela pessoa do advogado.
- 6.3.14. Em consequência disso, que os contratos com advogados especializados, deve ser celebrada por meio de contratação direta, em regime de inexigibilidade, pois não haverá possibilidade nem de competição e nem de disputa entre os potenciais competidores.
- 6.3.15. Ademais, os serviços de natureza jurídica ou serviços advocatícios são prestados por profissionais técnicos especializados, já que requerem o bacharelado em Direito e a inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil. Portanto, não são serviços prestados por qualquer profissional, mas só por aqueles especialmente qualificados, em vista do que a contratação deles pode fundar-se no inciso III do artigo 74 da Lei nº 14.133/2021, desde que respeitados os pressupostos do mencionado dispositivo.
- 6.3.16. Especificamente com relação à inexigibilidade para contratação de serviços advocatícios, o Ministro Dias Toffoli, já consignou em voto de recurso extraordinário que:

“(…) dada a série de empecilhos impostos pela essência da profissão, norteadas pela ética profissional, torna-se latente a dificuldade de se proceder ao procedimento licitatório para contratação desses serviços(...) Considero, ainda, ser de todo incompatível com as limitações ética e legais a disputa de preços” (STF, RE nº. 656.558/SP, Rel. Ministro Dias Toffoli).

<sup>3</sup> MENDES, Renato Geraldo e Egon Bockmann Moreira. Inexigibilidade de Licitação – Repesando contratação pública e o dever de licitar. 2ª ed. Curitiba: Zênite, 2023, pp. 167

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA**

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 5 5 1 2 5 - 0 0 0 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

- 6.3.17. O Supremo Tribunal Federal, em decisões mais antigas, admitiu amplamente a contratação de serviços jurídicos por meio de inexigibilidade de licitação, ressaltando o aspecto relacionado à confiança a ser depositada nos advogados contratados. Vejamos ementa relatada pelo Ministro Carlos Velloso:

“Processual penal. Ação penal: Trancamento. Advogado: Contratação. Dispensa de licitação. I – Contratação de advogado para defesa de interesses do Estado nos Tribunais Superiores: dispensa de licitação, tendo em vista a natureza do trabalho a ser prestado. Inocorrência, no caso, de dolo de apropriação do patrimônio público.” (STF, Segunda Turma. RHC nº 72.830. Rel. Min. Carlos Velloso, j. 20.10.1995).

- 6.3.18. E, ainda, no corpo do acórdão, o Ministro Carlos Velloso assinalou o seguinte:

**“Acrescente-se que a contratação de advogado dispensa licitação, dado que a matéria exige, inclusive, especialização, certo que se trata de trabalho intelectual, impossível de ser aferido em termos preço mais baixo.** Nesta linha, o trabalho de um médico operador. Imagine-se a abertura de licitação para realizar delicada cirurgia num servidor. Esse absurdo somente seria admissível numa sociedade que não sabe conceituar valores. O mesmo pode ser dito em relação ao advogado, que tem por missão defender interesses do Estado, que tem por missão a defesa pública.” (STF, Segunda Turma. RHC nº 72.830. Rel. Min. Carlos Velloso, j. 20.10.1995).

- 6.3.19. No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal foi ainda mais enfático ao reconhecer que a contratação de advogados pela Administração Pública se dá por meio de inexigibilidade de licitação. Vejamos o trecho da ementa da lavra do Ministro Eros Roberto Grau:

**“Serviços técnicos profissionais especializados são serviços que a Administração deve contratar sem licitação,** escolhendo o contratado de acordo, em última instância, com o grau de confiança que ela própria, a Administração, deposite na especialização do contratado. Nesses casos, o requisito da confiança da Administração, em quem deseja contratar é subjetivo. Daí que a realização de procedimento licitatório para a contratação de tais serviços – procedimento regido, entre outros, pelo princípio do julgamento objetivo – é incompatível com a atribuição do exercício de subjetividade que o direito positivo confere à Administração para a escolha do trabalho essencial e indiscutivelmente mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato. (cf. O §1º do art. 25 da Lei 8.666/93). **O que a norma extraída do texto legal exige é a notória especialização, associada ao elemento subjetivo confiança.**” (STF, Plenário. AP nº 348-5/SC. Rel. Min. Eros Grau, j. 15.12.2006).

- 6.3.20. O levantamento de soluções possíveis para o problema a ser resolvido, aponta para uma metodologia amplamente consagrada, ou seja, contratação direta por meio de inexigibilidade, nos moldes do artigo 74, inciso III da Lei 14.133/2023, baseado em

contratações de outros órgãos públicos, que descrevem as necessidades aqui evidenciadas.

**7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO (art. 18, §1º, inc. VII da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 21, inc. VI do Decreto Municipal nº 291/2024)**

7.1. A descrição da solução como um todo ressalta a necessidade de se complementar a especificação da solução por meio do detalhamento de alguns elementos, sendo observado:

**7.1.1. Serviços técnicos especializados (inciso III, alínea “e” do art. 74 da Lei 14.133/2021)**

7.1.1.1. Os serviços técnicos especializados de natureza predominante intelectual são considerados complexos e especializados. Complexos porque exigem atenção e formação diferenciada para sua compreensão. Especializados são os serviços que requerem conhecimento técnico de nível superior, oriundo de qualificação acadêmica diferenciada, que garante soluções e individualizadas, personalizadas e especiais.

7.1.1.2. Diante a solução apontada no presente estudo, observa-se que assessoria jurídica para o Controle Interno, requer a atuação de profissional qualificado e especializado na área correspondente.

**7.1.2. Notória especialização (caput do art. 74 da lei 14.133/2021)**

7.1.2.1. Considera-se notória especialização do profissional cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica bem como outros requisitos relacionados com as atividades que permitam inferir que o trabalho desenvolvido é essencial e reconhecidamente adequado a plena satisfação da solução proposta neste estudo.

7.1.2.2. A demonstração da notória especialização pode ser baseada em diversos critérios, tais como:

- a) Desempenho anterior: trabalhos realizados com sucesso e qualidade na área específica do objeto em questão;
- b) Estudos: formações acadêmicas, mestrados, doutorados, cursos, especializações que demonstrem o conhecimento na área de atuação;
- c) Experiência: deve-se considerar a experiência aplicada, operacional adquirida em projetos similares, ou serviços específicos ou de complexidade equivalente;
- d) Publicações;
- e) Organização e aparelhamento: quando for necessário e relevante, verifica-se a estrutura organizacional, os recursos técnicos e os equipamentos disponíveis para realização dos serviços;
- f) Equipe técnica: avaliar a qualificação técnica dos profissionais que compõem a equipe envolvida nos trabalhos que serão executados.

### 7.1.3. Capacidade técnica operacional

7.1.3.1. O advogado ou escritório jurídico deverá comprovar experiência em consultoria e assessoria jurídica referente ao objeto deste estudo preliminar, demonstrando histórico de atuação e expertise na área pública.

## 8. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES, MEMÓRIA DE CÁLCULO E DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE E ESTIMATIVA DE VALOR (art. 18, §1º, inc. IV e VI da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 21, inc. VII e VIII do Decreto Municipal nº 291/2024)

8.1. O presente estudo técnico não tem o condão de definir as quantidades. Isso ocorre por se tratar de um serviço predominantemente intelectual, que visa o aperfeiçoamento das demandas, rotinas e estrutura das demandas do Controle Interno. Além disso, a natureza desse serviço exige flexibilidade, pois sua execução se adapta às necessidades específicas da administração, variando conforme a complexidade e a dinâmica dos trabalhos.

8.2. Todavia, estima-se que os serviços técnico-jurídicos de natureza consultiva e preventiva, especializados na gestão pública, serão prestados pelo período de 12 (doze) meses, através do comparecimento mensal, mais precisamente 02 (duas) visitas mensais.

8.3. Para realizar a estimativa do valor da contratação, realizamos pesquisa no PORTAL NACIONAL DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS – PNCP de contratação similar feita pela Administração Pública, onde é possível estimar o valor mensal de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), conforme contrato em anexo.

## 9. RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18, §1º, inciso IX da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 21, inciso IX do Decreto Municipal nº 291/2024)

9.1. A contratação busca garantir a celeridade processual, promovendo a condução eficiente dos procedimentos.

9.2. Atuação preventiva, por meio da emissão de pareceres e orientações que minimizam riscos e previnem conflitos judiciais e administrativos futuros.

9.3. Assegurar que o Controle Interno responda de forma adequada a diligências, auditorias e recomendações dos órgãos de fiscalização.

9.4. Manter o Controle Interno sempre atualizado sobre alterações normativas que possam impactar suas atividades.

9.5. Identificar e corrigir falhas nos processos internos, promovendo melhorias contínuas.

9.6. Aprimorar a governança e a transparência institucional, fortalecendo os mecanismos de controle e prestação de contas.

9.7. Reduzir o tempo de tramitação dos processos administrativos, garantindo maior eficiência e segurança jurídica.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA**  
AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - CEP 55125-000 - CNPJ: 11.256.054/0001-39

- 9.8. Promover a capacitação contínua dos servidores e colaboradores, garantindo a atualização e o alinhamento às melhores práticas do setor.
- 9.9. Implementar metodologias e ferramentas de gestão inovadoras, otimizando fluxos de trabalho e a tomada de decisões.
- 9.10. Fomentar a cultura de compliance e integridade, assegurando a conformidade com normas e regulamentos aplicáveis.

**10. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (art. 18, §1º, inciso X da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 21, inciso X do Decreto Municipal nº 291/2024)**

10.1. É preciso de alguma providência ser adotada?

10.1.1.  Não.

10.1.2.  Sim (justificar).

**11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (art. 18, §1º, inciso XI da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 21, inciso XI do Decreto Municipal nº 291/2024)**

11.1. Correlação de contratações:

11.1.1.  Não há correlações.

11.1.2.  Há correlações (justificar).

11.2. Interdependências de contratações:

11.2.1.  Não há interdependências.

11.2.2.  Há interdependências (justificar).

**12. IMPACTOS AMBIENTAIS (art. 18, §1º, inciso XII da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 21, inciso XII do Decreto Municipal nº 291/2024)**

12.1. A respeito dos impactos ambientais:

12.1.1.  Não foi identificado externalidades negativas.

12.1.2.  Foram identificadas externalidades negativas, sendo (justificar):

12.1.2.1.  Impactos ambientais no momento do descarte.

12.1.2.2.  Produtos utilizados são poluentes.

12.1.2.3.  Outros.

12.2. Necessidade de exigência de licença ambiental.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE TORITAMA**

AVENIDA DORIVAL JOSÉ PEREIRA, 1.370, PARQUE DAS FEIRAS, TORITAMA - PE - C E P 5 5 1 2 5 - 0 0 0 - CNPJ : 11.256.054/0001-39

- 12.2.1.  Não será necessária a exigência de licença ambiental.  
12.2.2.  Será necessária a exigência de licença ambiental (justificar).

**13. PARCELAMENTO OU NÃO PARCELAMENTO <sup>4</sup> (art. 18, §1º, inciso VIII da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 21, inciso VIII do Decreto Municipal nº 291/2024)**

13.1. Parcelamento formal.

- 13.1.1.  O parcelamento se dará por ITEM.  
13.1.2.  O parcelamento se dará por LOTE (justificar).  
13.1.3.  Não haverá parcelamento formal (justificar).

13.2. Parcelamento material.

13.2.1. Subcontratação.

- 13.2.1.1.  A subcontratação será vedada (justificar).

13.2.1.1.1. Considerando que é um serviço técnico de natureza predominantemente intelectual, sendo necessário que se tenha *expertise* na área de atuação, bem como não há parte desta necessidade que tragam natureza acessória, será vedado a subcontratação.

- 13.2.1.2.  A subcontratação será permitida (justificar e especificar as parcelas que poderão ser subcontratadas).

13.3. Participação de empresas reunidas em consórcio.

- 13.3.1.  A participação de empresas reunidas em consórcio será vedada (justificar).

13.3.1.1. Considerando que a participação de empresas consorciadas nas licitações é um ato discricionário da Administração diante da avaliação de conveniência e oportunidade no caso concreto. Também sendo analisado que é um serviço técnico de natureza intelectual, sendo necessário que se tenha *expertise* e experiência na área de atuação, não é vantajoso para Administração a participação de consórcios.

<sup>4</sup> Segundo Carlos Henrique Harper Cox (2024, pág. 231 – 232): “O **parcelamento formal** caracteriza-se quando o objeto/solução é dividido em partes menores, com relações contratuais autônomas, permitindo a participação de mais licitantes e estimulando a competitividade, podendo a licitação dos lotes ser realizada em um único processo ou em processos distintos.

[...]

Há também o chamado **parcelamento material**, que ocorre quando não foi possível parcela formalmente o objeto, como ocorre quando o parcelamento não incrementar a competitividade ou quando o parcelamento trazer risco considerável na coordenação da execução contratual dos lotes ou elevar consideravelmente o custo da gestão contratual, por exemplo.

13.3.2.  A participação de empresas reunidas em consórcio será permitida (justificar e especificar as parcelas que poderão ser subcontratadas).

**14. ADEQUAÇÃO DO OBJETO (art. 18, §1º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 21, inciso XIV do Decreto Municipal nº 291/2024)**

14.1. Após a realização dos estudos técnicos:

14.1.1.  Esta equipe de planejamento declara viável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar.

14.1.2.  Esta equipe de planejamento declara inviável esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar (justificar).

**15. INTEGRANTES DA FASE DE PLANEJAMENTO**

15.1. Indicação do Integrante Requisitante e Técnico

15.1.1. Nome: **Cristiane Campos de Andrade**

15.1.2. Cargo/Função: **Gerente de Controle interno**

15.1.3. Matrícula: **988109**

15.1.4. E-mail: [controladoria@toritama.pe.gov.br](mailto:controladoria@toritama.pe.gov.br)

**16. JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE ELEMENTOS FACULTATIVOS (art. 18, §2º da Lei nº 14.133/2021 c/c art. 21, §1º do Decreto Municipal nº 291/2024)**

16.1.  Todos os elementos contidos no §1º do artigo 18 foram explorados neste ETP.

16.2.  Foram dispensados alguns elementos facultativos no ETP, sendo (justificar):

16.2.1.  Elemento do inciso II.

16.2.2.  Elemento do inciso III.

16.2.3.  Elemento do inciso V.

16.2.4.  Elemento do inciso VII.

16.2.5.  Elemento do inciso IX.

16.2.6.  Elemento do inciso X.

16.2.7.  Elemento do inciso XI.

16.2.8.  Elemento do inciso XII.

Toritama-PE, 15 de abril de 2025.

**Cristiane Campos de Andrade**  
Gerente de Controle Interno  
Controladoria Geral do Município